

DISCURSO E CONTEXTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE NOTÍCIAS SOBRE O MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DA BAHIA

DISCOURSE AND CONTEXT: A CRITICAL ANALYSIS OF NEWS ON THE MOVEMENT OF FISHERMEN AND FISHERMEN BAHIA ARTISANS

Verónica Del Pilar Proaño de Fox
Karl Heinz Efken
UNICAP

Resumo: Este trabalho tem por objetivo fazer uma Análise Crítica do Discurso (ACD) do gênero jornalístico notícia, sustentado na teoria sociocognitiva de Teun Van Dijk (2012), que trata dos *Modelos de Contexto*. Sendo a ACD uma perspectiva teórica e não um método de análise, destaca-se que se analisa uma notícia publicada no jornal Correio da Bahia sobre o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais da Bahia (MPP-BA), por se tratar de um veículo de comunicação de massa impresso e com veiculação online gratuita. A análise considera alguns aspectos do processamento mental dos participantes, referentes ao conhecimento, bem como a esquemas do modelo de contexto da atividade jornalística, envolvendo o ambiente, os participantes e a identidade, na perspectiva do jornalista/produtor da notícia. Esse arcabouço explica o forte controle exercido pelo (Modelo de) Contexto na produção do discurso jornalístico, bem como a (re)produção discursiva do abuso de poder de grupos poderosos sobre aqueles que, como os pescadores artesanais, encontram-se em situação de desvantagem na sociedade.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso. Sociocognitivismo. Modelos de Contexto. Jornalismo. Movimentos Sociais na Pesca.

Abstract: The purpose of this paper is to do a Critical Discourse Analysis (CDA) of journalism genre news, based on Teun Van Dijk's (2012) sociocognitive theory, which deals with Context Models. Being the CDA a theoretical perspective and not a method of analysis, it is noteworthy that here it is analyzed one news published in the newspaper Correio da Bahia about The Artisanal Fishermen and Fisherwomen Movement of Bahia (MPP-BA), for being a mass communication media, with online circulation. The analysis considers some aspects of the mental processing of the participants, relative to knowledge, as well as schemes of the context model of the journalistic activity, involving environment, participants and identity, from the perspective of the journalist/newsmaker. This framework explains the strong control exercised by Context (Model) in the production of journalistic discourse, as well as the discursive (re)production of abuse of power of powerful groups over those who, like artisanal fishermen, are in a situation of disadvantage in the society.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Sociocognitivism. Context Models. Journalism. Social Movements in Fishery.

INTRODUÇÃO

Para fazer uma Análise Crítica do Discurso (ACD) de notícias publicadas na mídia impressa brasileira sobre o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais da Bahia (MPP-BA), neste trabalho desenvolve-se um referencial teórico-metodológico baseado no sociocognitismo e na Teoria do Contexto de Teun Van Dijk (2002, 2012, 2015). Especificamente, analisa-se uma notícia publicada em setembro de 2010, no jornal Correio da Bahia, no estado da Bahia, Brasil. Sem pretensão de fazer uma análise cognitiva em profundidade, se toma como referência metodológica alguns aspectos do Esquema de Modelo de Contexto e a produção do discurso modelada pelo contexto (VAN DIJK, 2012), que possibilitam o estudo de gêneros específicos, como o de notícias jornalísticas.

Inicialmente, apresenta-se o MPP (nacional) através do seu discurso organizacional, considerado como o “principal meio pelo qual os membros de uma organização criam uma realidade social coerente, que enquadra a percepção que eles têm de sua própria identidade”. (MUMBY; CLAIR, 2000, p. 263, tradução nossa). Para justificar essa escolha e situar o leitor sobre o movimento, se faz ainda uma breve exposição histórico-discursiva do MPP e um relato da situação atual da pesca no Brasil.

Investiga-se o discurso da imprensa sobre movimentos sociais de culturas tradicionais, como a dos pescadores artesanais brasileiros, por alguns motivos. Primeiro, porque nos Estudos Críticos do Discurso (ECD), pesquisam-se as relações de poder, dominação e controle, principalmente na perspectiva do grupo dominado e do seu interesse. (VAN DIJK, 2015). Segundo, por se tratar de um grupo social que sofreu e sofre processos de dominação histórica e relações de poder¹ que “sempre foram o estopim para o levante ou a insurgência de movimentos sociais de pescadores”. (RAMALHO apud FOX, 2010, p. 18).

Outra motivação se refere à capilaridade do discurso midiático na formação da opinião pública. Afinal, trata-se de uma atividade caracterizada por “ser um domínio articulador dos discursos dos demais domínios e grupos sociais. Sendo que, ao articular esses discursos, o jornalismo os re-elabora e constrói seu próprio discurso, operando fortemente na construção de ‘versões do mundo’”. (FALCONE, 2008, p. 16). Correia

¹ Estudos evidenciam o processo de dominação histórica exercida pelo Estado e outros atores sociais sob os pescadores artesanais, além da situação contingente da profissão no Brasil. A esse respeito conferir: CALLOU, A.B.F (1986, 1994, 2013); DIEGUES, A. C (1998); FOX, V. P. P (2010, 2013); RAMALHO, C. W. N (1999, 2009); SILVA, L.G (1988, 2001).

(2009) corrobora essa opinião, pois para ele a mídia pode interferir na visão da sociedade sobre determinados assuntos ou grupos sociais que se (des)conhecem:

A mídia é uma das instituições que ajudam a dar forma à nossa visão do mundo, proporcionando quadros de interpretação que nos permitem definir as nossas visões do Outro. No caso do contato com outras formas culturais, isto torna-se particularmente intenso, pois, em muitos casos, os receptores das mensagens noticiosas não têm contato direto com os protagonistas das notícias. Só ouvem falar deles porque os media se deslocaram a um local social ou geograficamente longínquo para reportar um determinado acontecimento: o Outro entra assim em contato com os media através de um processo de mediação efetuado pelos jornalistas. Os media são, com efeito, um dos principais, embora não o único, instrumentos de construção de imagens de identidade e de alteridade. No caso em que não se verifique a existência de fontes alternativas de informação, a sua predominância torna-se esmagadora. (CORREIA, 2009, p. 119).

Esses *quadros de interpretação* condizem com a ideia de que em se tratando de conhecimento (cognitivo) compartilhado que é “novo” e sobre a qual os receptores precisam de mais explicações, “como acontece para a maioria dos [...] povos ou países relativamente desconhecidos” (VAN DIJK, 2012, p. 130), o modelo de contexto de elites simbólicas², detentoras do controle e acesso aos meios de comunicação, incide na informação veiculada e, conseqüentemente, forma e dissemina modelos ou representações mentais sobre o que é novo ou desconhecido para a maioria da população. Sendo assim, categorias sociais que se encontram em situação de exclusão e cujo modo de vida é desconhecido para a maior parte da população, podem ser invisíveis ou ainda alvo de “formas de discriminação e preconceito, sendo a exclusão discursiva uma das práticas mais sutis, por isso mais eficientes [...]. Pelo seu poder simbólico, o domínio jornalístico opera [...] nesse processo”. (FALCONE, 2008).

Por outro lado, acredita-se que as análises de fenômenos como os movimentos sociais devem levar em conta o papel dos meios de comunicação de massa nas formas de organização da sociedade civil, mesmo porque tais fenômenos vêm apresentando um desempenho significativo desde os anos 1990 (GOHN, 2004; FOX, 2010). Não se pretende, contudo, elaborar reflexões sociológicas ou antropológicas sobre movimentos sociais na pesca, enquanto fenômenos sociais. A ideia é percorrer o caminho trilhado pela teoria sociocognitiva de contexto para reforçar que o discurso da mídia não é uma representação dos fatos relatados e respeita diversos “condicionamentos para processar a

² Segundo Van Dijk (2015 apud BORDIEU, 1977, 1984), as elites simbólicas são compostas por políticos, jornalistas, escritores, professores, advogados, burocratas e outros grupos que têm acesso especial ao discurso público, como donos ou diretores de conglomerados de comunicação que controlam esse acesso. O poder simbólico envolve o controle e acesso ao capital simbólico.

informação, a partir de um ponto de vista tanto cognitivo como interacional ou social”. (VAN DIJK, 2002, p. 48).

Tendo em vista que o discurso é sempre perpassado por relações e estratégias cognitivas de *poder*, analisa-se a notícia supramencionada e evidenciam-se alguns aspectos de sua produção controlada pelo contexto. Trata-se de apontar possíveis práticas discursivas dos jornalistas e dos meios de comunicação, que podem legitimar a desigualdade e injustiça social. Em uma instância maior, pretende-se expor o discurso da imprensa brasileira em relação a movimentos sociais de culturas tradicionais que se encontram em grupos historicamente subalternos.

O MPP E A PESCA ARTESANAL:

O MPP surgiu informalmente em 2009, em consequência da reorganização e rearticulação das bases do antigo Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE)³, durante a I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, que reuniu cerca de 1.000 pescadores artesanais brasileiros, em Brasília. Na época, as contradições entre o discurso e a prática do Estado provocaram o descontentamento da categoria, “levando seus membros a reivindicarem um modelo de desenvolvimento e políticas públicas que preservem o meio ambiente e respeitem o território e a identidade da cultura pesqueira tradicional”. (FOX, 2010, p. 184).

Fundado oficialmente em 2010, o MPP se define como uma “organização social formada por homens e mulheres que produzem alimentos saudáveis e contribuem para a soberania alimentar do país. O trabalho desses grupos preserva as águas, as florestas, os manguezais e a cultura dos nossos ancestrais”. (BLOG CAMPANHA PELO TERRITÓRIO PESQUEIRO, 2013). O movimento é constituído por pescadores e pescadoras artesanais que se consideram “populações tradicionais⁴ com direitos garantidos na constituição e nos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário” (BLOG CAMPANHA PELO TERRITÓRIO PESQUEIRO, 2013). Esse grupo social acredita que

³ Sobre o MONAPE, conferir FOX, V.D.P (2010; 2013).

⁴ Neste artigo, considera-se que as culturas tradicionais se desenvolvem dentro do modo de produção de pequena produção mercantil e se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista, porque tanto a força de trabalho quanto a própria natureza se transformam em objeto de compra e venda, isto é, em mercadoria. Isso implica numa concepção e representação do mundo natural e seus recursos essencialmente diferentes (DIEGUES, 1998; FOX, 2010, 2013).

tem uma forma de ser e estar no mundo, isto é, um modo de vida⁵ específico da sua categoria, conforme atesta um trecho do seu discurso organizacional:

Os pescadores e pescadoras artesanais desenvolvem uma série de saberes, fazeres e sabores que representam elementos culturais de matriz indígena e afro-brasileira. Ao praticarem essa atividade milenar, as comunidades pesqueiras estabelecem uma relação bastante peculiar com os recursos naturais, o que garante a preservação dos seus territórios, bem como sua reprodução física e cultural. (BLOG CAMPANHA PELO TERRITÓRIO PESQUEIRO, 2013).

A pesca artesanal é uma atividade com importante participação socioeconômica no Brasil, a qual gera emprego e renda para os pescadores e alimento para a população. Para se ter uma ideia, estatísticas apontam que a produção nacional é de um milhão de toneladas de pescado por ano, sendo 540 mil (50,1%) provenientes da pesca artesanal (CEPENE, 2009). Já segundo o blog Campanha pelo Território Pesqueiro (2013), o volume de produção anual da pesca artesanal chega a 70% desse total. Estudos mostram que, apesar desses números e de ser uma atividade profissional articulada e dependente da formação capitalista, diversos setores do Estado e da sociedade sabem pouco ou nada sobre a atividade, sobre os pescadores artesanais e suas demandas (FOX, 2010, 2013).

A PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVA E O PODER:

Entende-se que a *cognição* é a propriedade que “organiza a nossa capacidade de conhecer e de dar a conhecer, sendo que essa capacidade, ainda que individual, é socialmente compartilhada, por isso sociocognitiva” (FALCONE, 2008, p. 5). O sociocognitivismo possibilita uma análise discursiva que dá conta das complexas relações entre prática discursiva e prática social, pois leva em conta o aspecto sociocognitivo, que é uma interface entre essas duas práticas (VAN DIJK, 2000, 2012, 2015; FALCONE, 2008). Assim, o triângulo *discurso, cognição e sociedade* é a base dessa linha teórica segundo a qual “é impensável uma teorização social sem os aspectos cognitivos, assim como uma teoria cognitiva sem uma teoria social [...], pois sociedade e cognição estão em relação constitutiva” (FALCONE, 2008, p. 23).

⁵ Esse *modo de vida* não é estático e pode ou não estar presente nas demandas da categoria e seu movimento social, inclusive porque a cultura dos pescadores artesanais apresenta variáveis de região para região, no Brasil, e está em constante transformação. Tudo vai depender da sua maior ou menor interação com a sociedade capitalista globalizada que, embora tenha efeitos desorganizadores, não necessariamente destrói sua cultura e pequena produção mercantil, especialmente no Nordeste do Brasil. (DIEGUES, 1998; FOX, 2010, 2013).



Figura 1: Triáde da Análise Cognitiva do Discurso (FALCONE, 2008, p. 25)

Quanto à análise cognitiva do discurso, ela permite compreender “a construção de textos distintos partindo de um mesmo tema, as distintas inferências que leitores/ouvintes realizam no processo de compreensão de um texto” e assim por diante. Para Falcone (2008, p. 19), ao defender que pelo discurso crenças, opiniões, atitudes, ideologias e práticas se estabelecem em sociedade, a ACD serve “como uma desconstrução do que se tem como estabelecido. Analisar discursos é desfazer ‘a’ realidade e propor um mundo constituído por realidades distintas, sendo essas realidades socialmente construídas e historicamente estabelecidas”. A ACD que realidades são mutáveis e não existem por natureza ou por essência, não são determinadas desde e para sempre.

Nisso radica a importância de estudar as complexas relações entre estruturas do discurso e estruturas sociais, devendo ter sempre em vista a *interface cognitiva*, já que só é possível relacionar o discurso à sociedade através da mente dos *usuários da linguagem* (VAN DIJK, 2013, tradução nossa). Ou seja, essa relação entre as estruturas sociais e *como* as pessoas falam ou compreendem um discurso não é direta, conforme Van Dijk (2015, p. 26) expõe: “Antes, as estruturas sociais são observadas, experimentadas, interpretadas, representadas por membros sociais, por exemplo, como parte de sua interação ou comunicação cotidiana”. Por isso, é indispensável levar em conta as estruturas cognitivas. Essa compreensão pressupõe dois conceitos fundamentais: “*i*) a cognição é uma propriedade desenvolvida individual e socialmente, pois é adquirida, aprendida, formada e transformada tanto em processos de interações sociais, como em processos individuais de percepção, inferência etc. *ii*) a sociedade é uma construção humana e resulta de interações coordenadas e negociadas entre atores sociais”. (FALCONE, 2008, p. 23).

Além disso, tanto a cognição pessoal quanto a social influenciam “a interação e o discurso dos membros individuais, enquanto que as ‘representações sociais’ compartilhadas governam as ações coletivas de um grupo” (VAN DIJK, 2015, p. 117). Ao considerar o discurso como uma interação sociocognitiva, uma prática social ou um tipo de

comunicação numa determinada conjuntura social, política ou histórica, Van Dijk (2015) adere a uma concepção com as seguintes implicações: 1) O conceito elaborado na pragmática e na filosofia da linguagem, que considera o discurso como *ação*; 2) O princípio de que há sempre uma relação bilateral e dialética entre o discurso e as estruturas sociais, *intermediada pela cognição*; 3) Os discursos moldam a maneira como os indivíduos usam seus recursos sociocognitivos na construção de contextos; 4) Os indivíduos usam seus recursos sociocognitivos para produzir, distribuir e interpretar os textos. Dessa forma, quando usados em contextos sociais “os discursos são realizados como sequências de atos de fala [...] e têm, portanto, como sua primeira função, estabelecer alguma representação semântica e, sobre essa base, alguma representação pragmática na memória do ouvinte ou leitor”. (VAN DIJK, 2002, p. 49).

Por isso, não é possível estudar as frases separadas de seus textos e contextos, nem o processamento do discurso nas mentes dos usuários da linguagem pode ser isolado do seu uso em contextos sociais, pois “a linguagem, o discurso e o conhecimento são essencialmente sociais”. (VAN DIJK, 2004, p. 9). Na análise dos diversos aspectos do discurso, a noção de *cognição* é fundamental. A cognição não está somente na “cabeça das pessoas”, ela é um processo de elaboração, de formação e conhecimento, com uma dimensão social, por isso, denomina-se de *cognição social*. Outras noções importantes nos ECD dizem respeito à “coerência no texto, e muito dessa coerência [...] não está especificamente no próprio texto, mas tem a ver com representações mentais”. (VAN DIJK, 2013, tradução nossa). É desta forma que o linguista concebe o processamento do discurso: como “um processo estratégico no qual a representação mental na memória é construída a partir do discurso, usando informações internas e externas”. (VAN DIJK, 2002, p. 16).

Por acontecerem no campo sociocognitivo, considera-se que estratégias de *poder*, por exemplo, garantem processos de dominação que limitam tanto o *autocontrole* do grupo dominado quanto sua *liberdade de ação*. É justamente nessa dimensão do controle sobre as condições *cognitivas* das ações de um grupo social (crenças, mitos, ideologias etc) que o *poder* e, conseqüentemente, a *dominação* se manifestam. O grupo dominado pode aceitar, concordar ou mesmo resistir ao controle cognitivo do grupo dominante, mas o que interessa destacar é que “o poder social é geralmente indireto e age por meio da *mente* das pessoas [...] controlando as necessárias informações ou opiniões de que precisam para planejar ou executar suas ações”. (VAN DIJK, 2015, p. 42). Esse tipo de controle mental pode ser exercido por meio da persuasão e outras formas de comunicação discursiva, ou

mesmo através da força física e/ou outras formas de poder coercitivo, como a ameaça, o medo, a tortura.

Vale destacar que o poder também é exercido através do controle da produção, distribuição e consumo do discurso (FAIRCLOUGH, 2008; VAN DIJK, 2015), o que envolve o “acesso diferenciado a vários gêneros, conteúdos e estilos do discurso”. (VAN DIJK, 2015, p. 44). Dessa forma, o acesso ao discurso midiático acaba sendo contingente para os grupos em situação de dominação, pois, conforme explica Van Dijk (2015, p. 45): “as empresas de comunicação de massa e seus [...] proprietários controlam tanto as condições financeiras, quanto as tecnológicas da produção do discurso”. Os jornais, as TVs e mesmo as indústrias de telecomunicações e informática produzem, reforçam, refinam modelos mentais e de contexto.

MODELOS MENTAIS E MODELOS DE CONTEXTO:

Na teoria sociocognitiva, os contextos não se referem ao ambiente circundante, condições, situação ou variáveis sociais, tais como gênero, classe, etnia, categoria social, idade, dentre outras. Trata-se de “construtos (inter)subjetivos concebidos passo a passo e atualizados na interação pelos participantes enquanto membros dos grupos e comunidades”. Em outras palavras, “*não é a situação social que influencia o discurso (ou é influenciada por ele), mas a maneira como os participantes definem esta situação*”. Para exemplificar, o autor diz que “se os contextos fossem condições ou restrições sociais objetivas, todas as pessoas que estão na mesma situação fariam do mesmo modo”. (VAN DIJK, 2012, p. 11, grifo nosso).

Considera-se que não existe uma influência direta ou *não mediada* entre a sociedade (estrutura social) e o discurso (escrita ou fala). Na realidade, são os modelos mentais de eventos ou experiências, enquanto representações subjetivas, conhecimentos, atitudes, ideologias sobre situações comunicativas que “influenciam os discursos e outras práticas sociais das pessoas [...] a cognição pessoal e social sempre media a sociedade ou as situações sociais do discurso”. (VAN DIJK, 2015, p. 26). Tais modelos mentais também definem os contextos.

Tais considerações resultam da teoria de modelos mentais para o discurso e uso da língua, proposta nos anos 1980 em trabalhos de Van Dijk e Kintsch (1983) e Johnson-Laird (1983). A primeira obra postula uma teoria de *modelos de situação* para explicar “como as pessoas compreendem o discurso, no âmbito de uma teoria mais geral do processamento

do discurso mediante estratégias”. Além de construírem uma *representação do sentido* de um texto (semântica cognitiva), os usuários da língua “constroem modelos mentais dos eventos que são *assuntos* desses textos, isto é, a situação que eles têm como denotação ou referência”. (VAN DIJK, 2012, p. 90).

Além de falar sobre eventos, os usuários da língua “precisam modelar a si próprios e a outros aspectos da situação comunicativa em que estão envolvidos no momento”. Assim, os contextos “são um tipo especial de modelo mental da experiência cotidiana”, que “controlam muitos aspectos da produção e compreensão de textos e falas”. Eles se referem à situação ou aos eventos *sobre* os quais o usuário da língua fala e não à situação ou o evento *em* que ele está falando. Ou seja, os *modelos de contexto* são um tipo de modelo mental dos participantes, mas se diferenciam dos *modelos mentais de eventos e experiências*, pois representam a comunicação ou interação verbal, além de organizar “os modos como nosso discurso é estruturado e adaptado estrategicamente à situação comunicativa global”. (VAN DIJK, 2012, p. 87 - 107).

Portanto, os modelos de contexto são a interface essencial entre os modelos mentais e os discursos sobre esses eventos. (VAN DIJK, 2012, p. 91). Embora sejam elaborações da mente, os *modelos mentais* não devem ser entendidos como algo inato, a exemplo da perspectiva mentalista⁶. Falcone (2008, p. 56) explica que “eles compõem o nosso aparato cognitivo e são constituídos a partir das nossas relações sociais”.

Assim, o discurso é “uma forma de ação social [...] atrelada à prática social e ao contexto” (FALCONE, 2008, p. 5). Vale destacar que, “o processamento do discurso não se constitui em mero evento cognitivo [...] as dimensões sociais do discurso interagem com as dimensões cognitivas”. (VAN DIJK, 2002, p. 17). Este molda “a maneira como os indivíduos usam seus recursos cognitivos, e os textos significam aquilo que os discursos permitem que signifiquem”. (MEURER, 2005, p. 89).

Quanto ao processamento do discurso controlado pelo contexto, Van Dijk (2012, p. 146) explica que o modelo de contexto “exerce um controle abrangente sobre o processo de produção e compreensão [...] controlando que conhecimento geral e que informação presentes nos modelos de eventos [...] devem ser expressos e pressupostos nas estruturas semânticas globais e locais do discurso”. Também controla “todas as variáveis do texto e da fala”, por exemplo, das estruturas fônicas: entonação, altura, velocidade etc;

⁶ Na perspectiva mentalista, os teóricos das ciências cognitivistas defendem que as pessoas têm certos dispositivos cognitivos desde o nascimento, com características inatas da espécie humana. Noam Chomsky, por exemplo, entende o comportamento (a performance, a fala etc.) como opaco e incoerente, defendendo a proposta de que as regras e as representações mentais é que são possíveis de serem analisadas, e não o comportamento ou muito menos o discurso. (FALCONE, 2008).

da sintaxe (léxico, estilo, registro e a retórica). Ou seja, *como* as coisas são ditas e não *o que está* sendo dito. Nesse sentido, o linguista reforça que os modelos de eventos fornecem a informação para o *conteúdo do discurso*. Já os modelos de contexto controlam *como* as coisas são faladas ou escritas. Sobre os modelos mentais de eventos e experiências, ele destaca que são *únicos, pessoais e subjetivos*.

Isso explica porque cada indivíduo tem uma forma de perceber determinada situação, evento ou assunto. Mas modelos mentais sofrem influências intersubjetivas e sociais, na interação com outros usuários, e passam por alterações a partir de condicionamentos objetivos (percepção de propriedades físicas dos objetos, das pessoas, da situação etc). Por isso, apesar de cada modelo mental ser único, “por causa de circunstâncias e contingências da situação presente, sua estrutura abstrata pode ser definida ‘objetivamente’ pelas percepções acumuladas das pessoas”.

Além disso, os discursos e modelos mentais “são definidos por *esquemas* que se repetem frequentemente como tais”. (VAN DIJK, 2012, p. 93 - 94). Por serem subjetivos, estes também podem representar opiniões e emoções pessoais. Assim, as pessoas formam crenças sobre determinadas situações comunicativas que “valem por avaliações, ou seja, opiniões a respeito, possivelmente associadas com emoções”. (VAN DIJK, 2012, p. 94). Sendo representações cognitivas de experiências pessoais, os modelos mentais podem ser entendidos como “as nossas representações da realidade”. (FALCONE, 2008, p. 57). Tais *representações cognitivas* se armazenam na Memória Episódica, que é um grande depósito desses modelos e experiências do cotidiano e que também faz parte da Memória de Longo Termo do indivíduo⁷. É por isso que, a longo prazo, o usuário da língua só se lembra dos acontecimentos mais marcantes da sua vida.

Por isso, para lembrar-se de determinadas experiências pessoais ou sobre o que leu no jornal, o usuário da língua *ativa* modelos mentais ‘antigos’, que são mais fáceis de recuperar quando se trata de conhecimento compartilhado. (VAN DIJK, 2012, p. 94-95). Note-se que os modelos mentais são “constantemente reformulados, atualizados e elaborados na memória episódica”. Por conta disso, “não podem ser entendidos como elementos de natureza rígida e homogênea. A sua atualização se dá a partir do nosso contínuo processo de atividade social”. (FALCONE, 2008, p. 56).

Numa alusão ao trabalho da ciência cognitiva moderna sobre o conhecimento geral sociocultural, Van Dijk (2012, p. 97 - 98) explica que muitos trabalhos nessa área defendem

⁷ Memória de Longo Termo (*Long Term Memory - LTM*) está formada pela Memória Episódica e pela Memória Semântica. Sobre o assunto ler: TULVING, 1983 e VAN DIJK, 2002, 2012.

que a memória humana se organiza em *esquemas* ou *roteiros (scripts)*, os quais têm “um papel fundamental na compreensão de histórias, porque essa compreensão de discursos, ações e eventos específicos pressupõe conhecimentos gerais a respeito de tais ações e eventos”. Assim, quando uma pessoa lê um texto ou assiste TV, por exemplo, uma grande quantidade de *conhecimento do mundo* se ativa.

Por conta disso, “os leitores constroem [...] modelos mentais dos eventos sobre os quais estão lendo, ativando partes relevantes desse conhecimento, e então preenchem o modelo com a informação que está implicada ou pressuposta no texto”. Trata-se de *inferências* baseadas em conhecimento feitas pelos usuários da língua, que tornam o discurso local e globalmente coerente. Por outro lado, como uma parte significativa do conhecimento está baseado em experiências pessoais, o *conhecimento sociocultural* também pode derivar-se de modelos mentais. (VAN DIJK, 2012, p. 98).

Como apontado por Falcone (2008, p. 57-58), os modelos mentais “estão em relação intrínseca com o contexto, pois são estruturas com as quais operamos nos diversos eventos comunicativos”. Isso significa, por exemplo, que se consegue contar uma história, redigir um texto, contar uma anedota etc., a partir do *modelo de contexto* que se tem sobre uma determinada situação e essa representação ajuda a construir o discurso. Os modelos mentais são organizações cognitivas para a produção e compreensão discursivas, sendo essenciais para o processo interacional.

É ainda “da natureza dos modelos mentais as organizações esquemáticas construídas culturalmente”. Tal construção permite que as pessoas ativem “esquemas, movimentos e estratégias cognitivamente acessíveis para facilitar sua tarefa de compreender as mais distintas variações discursivas e situacionais”. Mas os modelos mentais não se limitam a elementos linguístico-discursivos, eles também acionam a memória e os conhecimentos compartilhados. (FALCONE, 2008, p. 57).

ESQUEMAS E FORMAÇÃO DE MODELOS DE CONTEXTO:

Embora possa haver diferenças de conhecimento cultural ou pessoal na forma que o indivíduo interpreta os acontecimentos, é possível dizer que a estrutura dos modelos mentais não é arbitrária e os mesmos são organizados “por um número limitado de *categorias fixas*, que compõem uma forma abstrata ou *‘esquema’*, um *‘esquema de modelo’*”. Isso significa que o usuário da linguagem é capaz “de compreender a maioria dos eventos em

termos das categorias de um esquema de modelo previamente aprendidas, e assim processar informação relevante tão rapidamente quanto é necessário”. (VAN DIJK, 2012, p. 99).

Tais abstrações mostram-se importantes também para todas as formas de recordação (*recall*), como quando lembranças são disparadas a partir da leitura de um acontecimento. Percebe-se assim que os esquemas são úteis para organizar as experiências do dia a dia, compreender o discurso, contar histórias e ainda no processo de recuperar memórias antigas. (VAN DIJK, 2012, p. 99 - 101). Sem pretensão de esgotar o tema, este trabalho não se detém nos aspectos teóricos dos esquemas de modelo de contexto, como modelos mentais na memória⁸. Na figura 2, destacam-se as principais *categorias* e *subcategorias*, a nível local e global:

ASPECTOS DA REPRESENTAÇÃO	ASPECTOS DO PROCESSAMENTO MENTAL DOS PARTICIPANTES	ESQUEMAS PARA MODELOS DE CONTEXTOS
NÍVEL LOCAL	CONHECIMENTO (pessoal, social, linguístico, Dispositivo K)	AMBIENTE
	<ul style="list-style-type: none"> • Intenções • Objetivos • Atitudes • Ideologias 	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo • Período • Espaço • Lugar • Entomo
NÍVEL GLOBAL (categorias análogas)		PARTICIPANTES
		EU-MESMO (Papéis com tipo de papel social)
		<ul style="list-style-type: none"> • Papéis comunicativos • Tipos de papéis sociais • Relações participantes • Crenças e conhecimentos compartilhados e sociais • Intenções e objetivos
		AÇÕES / EVENTOS
		<ul style="list-style-type: none"> • Comunicativos ou de outra natureza

Figura 2: Adaptação do Esquema de Modelo de Contexto (VAN DIJK, 2012, p. 113 - 144)

Sobre a formação dos modelos de contexto, vale destacar que eles são “um caso especial de modelos de experiência em andamento”. Isso implica em que antes de ocorrer uma situação comunicativa, um modelo de experiência já existe formado “em nível local, o ambiente (tempo e lugares presentes), participantes daquele momento com seus papéis sociais e seus conhecimentos, ações sociais em curso”. Em nível global, as categorias são análogas. (VAN DIJK, 2012, p. 144). Na interação, o modelo de contexto também será construído, especificado, adaptado ou mesmo desconstruído, envolvendo falantes e

⁸ Conferir VAN DIJK, 2012, p. 87 – 158.

receptores. Por sua vez, o *Mecanismo-K*⁹ fornece e ativa o *conhecimento linguístico, pessoal e social* “sobre aquilo que os receptores já conhecidos sabem (ou acreditam, ou querem)”. Ou seja, na interação sabe-se mais ou menos a quem se fala, mesmo quando se trata de um grupo, e sabe-se ou pressupõe-se em que consiste seu conhecimento social. (VAN DIJK, 2012, p. 145). Outra parcela do conhecimento para o Mecanismo-K é suprida pelos modelos mentais de eventos, envolvendo o que os participantes conhecem sobre determinado evento/assunto. Claro que esse processo é dinâmico, sendo atualizado pelo *feedback* do próprio discurso (VAN DIJK, 2012).

Além disso, os modelos de contexto ou suas categorias operantes são ativos e representados na memória de trabalho de curto e longo termo. Isso significa que enquanto fala ou escreve, o participante está ciente de quem é, do que está falando, de onde está e de quem são as pessoas a quem escreve ou fala e por quê. Aspectos mais globais do contexto ficam mais ou menos ativos na memória de trabalho de longo termo e podem ser recuperados na interação.

Assim que o esquema (categorias e subcategorias) está formado, o falante fica apto a construir as estruturas do próprio texto e fala, sob o controle mais geral de um modelo de contexto. Ou seja, há um controle da produção e compreensão do discurso pelo (modelo de) contexto, “que começa na categoria mais ampla (interação) e desce em seguida até as mais específicas (a realização fonética ou gráfica), passando pelos assuntos gerais e esquemas generalizantes (por exemplo, os da narrativa), significados locais e sentenças”. (VAN DIJK, 2012, p. 146).

Em outras palavras, por um lado o modelo de contexto controla o conhecimento geral e a informação presentes em um modelo de evento (experiências, notícias) que “devem ser expressos e pressupostos nas estruturas semânticas globais e locais do discurso”. E, por outro, controla as estruturas variáveis de um texto ou de uma fala, a exemplo de formas fônicas (entonação, velocidade, altura etc), da sintaxe, da seleção léxica, do estilo, da retórica. Ou seja, *como* as coisas são ditas.

Isso significa que o conteúdo do discurso também pode influenciar e mesmo mudar os modelos de contexto subsequentes, isto é, dos receptores. Por isso, o discurso e sua interpretação subjetiva podem sim influenciar o modelo de contexto dos destinatários.

⁹ De acordo com Van Dijk (2012, p. 122), “os modelos de contexto têm entre seus componentes um mecanismo central que regula a (não) expressão do conhecimento do discurso”. A sigla para denominá-lo é *Mecanismo-K*. “A qualquer momento do discurso o mecanismo-K toma como *input* o conhecimento de momento do falante – tal como está representado nos modelos mentais sobre eventos ou como conhecimento do mundo socialmente compartilhado e mais geral – e calcula quanto desse conhecimento já é compartilhado pelos receptores”.

Resume-se, na figura abaixo, o percurso do processamento do discurso dependente do contexto, na perspectiva do falante / escritor, a partir do modelo do contexto que estrutura o discurso:



Figura 3: Esquema da produção de discurso controlada pelo contexto (VAN DIJK, 2012, p.148)

O DISCURSO JORNALÍSTICO CONTROLADO PELO CONTEXTO:

Com base em estudos sociocognitivos anteriores, pode-se afirmar que a atividade jornalística é formada por uma sequência de práticas discursivas diárias como entrevistar fontes, apurar informações, receber e ler *press releases*, participar de reuniões de pauta, redigir matérias, dentre outras atividades típicas da profissão. Essas práticas envolvem uma interação contínua com diversas fontes. Por isso, escrever uma notícia é “resultado de processar informações extraídas de muitos textos-fonte”. (VAN DIJK, 2012, p. 149). Ao articular os diversos discursos, a imprensa gera sua própria versão dos fatos (FALCONE, 2008).

Nesse sentido, Correia (2009, p. 74) afirma que as rotinas e os procedimentos característicos da produção jornalística “mostram que os fatos que vão ser transformados em notícia não são apenas selecionados, mas ativamente construídos”. Ou seja, a notícia “não só define, redefine, constitui e reconstitui significados sociais; mas também define e redefine processos, práticas e instituições sociais”.

Antes de iniciar a redação de uma notícia, o jornalista já dispõe de um modelo provisório de contexto, composto por aspectos da representação local e global, envolvendo categorias como ambiente, participantes, identidades (eu-mesmo), relações com outros participantes, conhecimento geral (contextual) sobre o evento já noticiado ou a ser

noticiado e, conseqüentemente, sobre os que os leitores provavelmente sabem, conhecimento (contextual) sobre o conhecimento sociocultural dos leitores/público, o seu próprio conhecimento sociocultural e profissional, atitudes profissionais e sociais aplicadas a ideologias compartilhadas com outros repórteres, além de ideologias acerca do evento noticiado, ideologias próprias, ideologia do jornal, intenções, propósitos, emoções sobre o evento ou sobre o grupo social etc. Verifica-se que todos os aspectos da figura 2 podem ser observados no *Esquema do Modelo de Contexto do Jornalismo*.

Correia (2009, p. 75) reforça esse argumento com base em pesquisas de Hall (2005) para quem: “na construção de notícias, os jornalistas mobilizam enquadramentos conhecidos, pelo que as notícias já estão praticamente escritas antes dos jornalistas [...] redigirem suas matérias”. Isso porque, além dos enquadramentos que resultam em práticas jornalísticas específicas, há uma escolha consciente feita pelas organizações noticiosas para desprover os cidadãos de informações críticas que lhes permitam questionar os consensos produzidos pelas elites simbólicas. São acordos sociopolíticos e econômicos que estabelecem os limites do debate na sociedade: *o que deve e não deve* ser noticiado e *como* deve ser noticiado. A mídia aceita essas limitações, porque depende “dos consensos formulados no seio das elites [...] para poderem sobreviver”.

Boa parte do modelo de contexto do jornalismo tem um tratamento rotineiro e “por isso pode ser ativado quando é instanciado um esquema pessoal mais geral para eventos comunicativos desse tipo”. Assim, o conhecimento do evento a ser noticiado “também é um modelo mental na memória episódica, construído com a informação de um ou mais textos-fonte, juntamente com conhecimentos socioculturais políticos mais gerais, a respeito desse evento”. (VAN DIJK, 2012, p. 150). Antes de escrever, o jornalista já tem ao seu dispor tanto um modelo (semântico) do evento, quanto um modelo de contexto parcial, que controlam o que é escrito e são adaptados por outras estratégias, por exemplo, pelo Mecanismo-K.

O jornalista também segue *valores de notícia*, que definem o que merece ser noticiado, a manchete, o estilo da notícia etc. Ou seja, há “uma relação sistemática entre texto noticioso e contexto”, que se dá em uma dimensão sociocognitiva. Assim, as formas estruturais e os sentidos globais de uma matéria “não são arbitrários, mas resultado de hábitos sociais e profissionais de jornalistas em ambientes institucionais, de um lado, e uma condição importante para o processamento cognitivo eficaz de um texto noticioso, por outro”. (VAN DIJK, 2002, p. 123). Considera-se que muitos jornalistas não têm uma percepção desse processo na construção do seu discurso e muitos deles embarcam no

sofismo da imparcialidade da informação. Isso porque os modelos de contexto acabam controlando muitos aspectos do processo do discurso, tanto para quem escreve quanto para quem interpreta, e asseguram que o mesmo seja socialmente *apropriado*, conforme os interesses e a ideologia¹⁰ predominante.

ANÁLISE CRÍTICA DA NOTÍCIA SOBRE O MPP-BA:

Tomando como base algumas noções abordadas neste artigo, mas sem esgotar as possibilidades deste referencial, analisa-se a seguir a notícia veiculada em setembro de 2010, no jornal Correio da Bahia. Consideram-se alguns aspectos do modelo de contexto do jornalismo, na perspectiva do jornalista/emissor. Para facilitar a compreensão, transcreve-se a notícia e como ela é apresentada na versão *online*. Explicitam-se entre parênteses os termos *jornalísticos* para cada uma das partes:

(Marca e slogan) Correio – O que a Bahia quer saber

(Local/Onde) Bahia

(Manchete) Cerca de 500 pescadores protestam contra poluição ambiental e bloqueiam acesso ao Porto de Aratu

(Linha Fina) Os portões de entrada e saída foram bloqueadas pelos manifestantes. A Polícia Federal (PF) chegou ao local e os pescadores temem ocorra alguma ação violenta.

(Data/quando e hora da publicação) 21.09.2010 10:49

(Assinatura da jornalista e redação à qual pertence) Mídea Noelle Santana / Redação Correio

(E-mail corporativo) midia.santana@redabahia.com.br

(Lead) Cerca de 500 pescadores realizam na manhã desta terça-feira (21) um protesto na entrada do Porto de Aratu, no município de Candeias, contra uma obra de ampliação que, segundo eles, está causando poluição ambiental nas comunidades pesqueiras do entorno do local, como a de Ilha de Maré e prejudicando as atividades da pesca. Os portões de entrada e saída foram bloqueadas pelos manifestantes.

(Sublead) A Polícia Federal (PF) chegou ao local e os pescadores temem que ocorra uma ação violenta. "Até o momento a abordagem da polícia está pacífica. Eles dizem que não vão fazer nada e que estão apenas nos protegendo porque a causa é justa. Mas, como não acreditamos nisso, estamos aqui resistindo e só sairemos quando conversamos com os representantes da Codeba, do Ministério dos Portos ou do Ministério da Pesca", disse Marizelha Lopes, presidente do Movimento dos Pescadores e Pescadoras.

¹⁰ As ideologias são sistemas de crenças socialmente compartilhados pelos membros de uma coletividade. Elas consistem em *representações sociais* que definem a identidade de um grupo, isto é, suas crenças compartilhadas sobre as condições fundamentais e seus modos de existência e reprodução. Enquanto fundamento sociocognitivo, as ideologias são adquiridas (aprendidas) e, embora estáveis, podem mudar ao longo do tempo ou da vida (VAN DIJK, 2005, tradução nossa).

(*Texto*) De acordo com Onildo Lustosa, o superintendente Federal da Pesca na Bahia, a situação não é competência do Ministério da Pesca, mas, sim, dos Portos. "Isso não é responsabilidade nossa", afirmou. Até a publicação desta matéria não foi possível contato com as demais empresas envolvidas nas acusações dos pescadores.

Em um primeiro momento, é necessário examinar os contextos, normas e valores que definem uma prática ou gênero discursivo (VAN DIJK, 2015), como neste caso o gênero jornalístico. A partir dessa premissa e sistematizando a análise, compreende-se que a jornalista Mídia Noelle Santana fez uma matéria, no dia 21 de setembro de 2010, sobre um protesto envolvendo 500 pescadores. A Polícia Federal estava no local. A matéria foi publicada na versão online do Jornal Correio da Bahia. Ao redigir a notícia, a repórter tem a sua disposição um modelo de contexto do jornalismo, que destaca o ambiente, incluindo o local: “Bahia”, data: “21/09/2010” e hora: “10h49”. Na cobertura, ela teve materiais de apoio para fazer registros e realizar entrevistas, como gravador, caderno e papel ou mesmo um laptop ou celular para buscas e anotações.

Quanto às identidades comunicativas e sociais relevantes nesse modelo de contexto, pode-se destacar a representação da repórter de si mesma. Isso porque a categoria “eu-mesmo” é subjetiva, portanto, pessoal e central nesses. Trata-se de um aspecto que organiza as relações entre o Eu (no papel de falante, receptor ou outro) e como “Eu represento o que é meu entorno no momento, a situação em que Eu estou pensando, agindo, falando, escrevendo, ouvindo ou lendo neste momento”. (VAN DIJK, 2012, p. 114). Dessa forma, no enunciado “Mídia Noelle Santana / Redação Correio”, a jornalista se representa como repórter e integrante da redação do Jornal Correio do Bahia e coloca sua versão da situação comunicativa ao assinar a matéria.

Quanto à sua relação com o jornal, se deduz que ela tem contrato ou carteira assinada, pois é prática no jornalismo que só assinem matérias (nesse formato) repórteres com vínculo empregatício. É provável que ela compartilhe com o jornal e com os seus colegas crenças, ideologias e conhecimentos, pois Van Dijk (2015, p. 36) esclarece que os jornalistas são geralmente selecionados e recrutados “pela semelhança de seus valores com os do dono ou do editor [...] ou porque [...] se adaptam [...] para poder manter seus empregos ou condições razoáveis de trabalho”.

Nesse modelo de contexto há ainda uma *relação de poder* que envolve a jornalista, enquanto subordinada do jornal e, conseqüentemente, do seu chefe direto. Outro aspecto é

que possivelmente ela foi até o evento com uma pauta¹¹ definida ou mesmo combinada com a chefia: a de fazer uma cobertura do protesto que bloqueava o acesso ao Porto de Aratu. Faz parte ainda desse contexto a intenção da repórter de escrever uma notícia sobre o ocorrido, com o propósito de informar os leitores.

Na notícia é possível perceber que a repórter tem conhecimento sobre eventos similares (protestos) dignos de serem noticiados pelo seu empregador (jornal) e chefe (editor), além de conhecimento contextual sobre o que já foi noticiado sobre o referido protesto (se ele não for novo). Conseqüentemente, ela pressupõe o que os leitores já sabem ou conhecem sobre esse tipo de eventos (protestos, bloqueios, manifestações etc). Por conta desse *Mecanismo-K*, não precisa escrever o que é um protesto, o que são manifestantes, em que consiste um bloqueio e mesmo o que a presença da polícia em uma manifestação pode significar, pois o leitor possui esses modelos mentais (de eventos ou de experiências), que são ativados na sua memória.

O processo sociocognitivo que envolve o *Mecanismo-K* é bastante significativo na formação de opinião pública, pois quando o público não tem esses conhecimentos, a imprensa pode (re)produzir modelos mentais ambíguos, preconceituosos ou mesmo estereotipados, que acabam *mediando* esse entendimento e influenciando como as pessoas interpretam determinado assunto ou grupo social.

Na notícia, nota-se que a jornalista dispõe de um conhecimento contextual sobre o conhecimento sociocultural dos seus leitores: se é um público com maior ou menor grau de educação formal e informação, o número de leitores do referido veículo (impresso e online) etc. Ela conta também com um conhecimento profissional específico da sua atividade, que incide na sua prática como repórter, seguindo critérios, por exemplo, do que deve ser uma notícia. Segundo Van Dijk (2002, p. 135), esse conhecimento não necessariamente é ideológico ou político. Ele é determinado por uma “regra jornalística implícita da organização: os últimos eventos principais são os mais importantes”. Neste caso, o protesto e bloqueio do porto em detrimento do avanço de uma obra que polui o meio ambiente e prejudica a pesca na região.

Essa regra se baseia no princípio da *atualidade* da notícia, corroborada por autores da área de: “a notícia deve reunir interesse, importância, atualidade e veracidade”. A esses requisitos acrescenta-se “explicação, interpretação, investigação, opinião”. (BAHIA, 2009,

¹¹ A pauta é um texto que segue critérios específicos para cada meio de comunicação, mas que basicamente tem por objetivo oferecer o maior número de informações para o repórter que irá fazer a matéria, especificando o tema ou sobre o que trata o assunto ou evento a ser reportado, histórico, enfoque (direcionamento), fontes, sugestões de perguntas.

p. 46). Assim, o que se percebe é que o protesto e o bloqueio do porto constituem o último evento e, portanto, são “a” notícia, adquirindo maior proeminência e eclipsando outros eventos, isto é: a “obra de ampliação que, segundo eles, está causando poluição ambiental nas comunidades pesqueiras do entorno do local, como a de Ilha de Maré e prejudicando as atividades da pesca”. Isso não significa que não há processos ideológicos ou interesses envolvidos na produção da notícia, mas busca-se pontuar a sistematização do modelo de contexto da profissão.

Quanto às atitudes sociais e ideológicas acerca do evento nota-se, por exemplo, a ênfase dada pela repórter ao protesto, aos manifestantes e ao bloqueio que aparecem como tópicos principais da notícia: na manchete, na linha fina e no lead. Como Van Dijk (2002, p. 113) explica, os tópicos são subjetivos e geralmente são atribuídos pelo escritor ou pelo leitor da notícia, representando “como o texto é compreendido, o que é considerado importante e como as relevâncias são estocadas na memória”. Ou seja, o conhecimento, as atitudes e a ideologia do jornalista operam “na construção e representação cognitiva de macroestruturas”, no discurso noticioso.

Isso é perceptível também na linha fina que, ao invés de reportar a causa do protesto (a ampliação da obra, a poluição ambiental e o prejuízo para pesca), reforça os tópicos globais da manchete, isto é, o protesto e o bloqueio: “Os portões de entrada e saída foram bloqueadas pelos manifestantes”. Além disso, dá um caráter de ilegalidade e periculosidade ao evento, quando afirma que: “A Polícia Federal (PF) chegou ao local e os pescadores temem que ocorra alguma ação violenta”. Essa ligação direta entre o “bloqueio aos portões”, a “chegada da polícia” e o “temor de uma ação violenta” aciona um modelo mental de experiência negativa no leitor, ligando tais eventos diretamente aos “manifestantes”, neste caso, aos pescadores artesanais. Esse *script* compartilhado pela repórter e atualizado por informações atuais e pessoais pode ter um *recall* negativo sobre esse tipo de situações envolvendo os pescadores.

Pelo *modo* como o evento é reportado também parece remeter a emoções negativas da repórter em relação aos componentes do contexto corrente (protesto, manifestantes, bloqueio, polícia federal, pescadores artesanais). Isso e os interesses do jornal ficam ainda mais evidentes, pois ela não apresenta a *versão oficial* do Porto de Aratu. O Porto é silenciado no discurso, colocado implicitamente como a parte afetada e vítima dos manifestantes, cujos portões estão bloqueados. Não há apuração de fatos ou depoimentos, por exemplo, sobre a ampliação da obra do porto, sobre a poluição ambiental que estaria provocando o protesto ou sobre o prejuízo para a pesca e para os pescadores artesanais. Isso é omitido na matéria. Nesse sentido, concorda-se com a observação de Falcone (2008,

p. 7) para quem a mídia tem um importante papel na deslegitimação de certos grupos sociais: “atores sociais não são (des)legitimados *a priori*. A (des)legitimação é uma atribuição, um ato social de categorização, por isso não é estanque, é sempre situada. É uma atividade que envolve operações mentais, em um intenso processo de negociação social”.

Observa-se ainda na notícia uma (re)produção discursiva de poder, que resulta na prevalência dos interesses de uns (estado, porto, empresas, capital) acima dos interesses de outros (pescadores artesanais, meio ambiente, natureza), provocando práticas sociais de abuso de poder. É justamente neste tipo de situações reportadas pela mídia, nas quais pode-se perceber os acordos tácitos das elites simbólicas, que estabelecem os limites da notícia e como o evento deve ser noticiado. Afinal, quem é a parte prejudicada nesta versão? Como discutido anteriormente, embora haja um claro confronto de interesses e ideologias entre os atores sociais mencionados na notícia, a mídia acaba compactuando com as elites não apenas por uma questão ideológica, mas também por uma dependência comercial.

Isso não significa que a jornalista possua ou não um senso crítico em relação ao evento. Na realidade, isso é bem mais complexo e pode-se dizer que muitos jornalistas passam por processos hegemônicos de controle e dominação (mental e social), antes ou mesmo durante o período de trabalho em um veículo de comunicação. Não cabe aqui discutir esse mérito, convém apenas pontuar que não há justificativa para a falta ou escassez de senso crítico por parte dos jornalistas, ou uma postura descompromissada em relação à seleção e apresentação de notícias. Afinal, como Van Dijk (2015) reforça: jornais e jornalistas podem resistir a esse tipo de pressão e elaborar notícias segundo a sua própria perspectiva e interesse. A isso pode-se acrescentar que, dentre os valores pregados pelo jornalismo, está o de sempre considerar todos os lados, mais ainda daqueles que porventura possam encontrar-se em situação de desvantagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partiu-se, neste trabalho, da proposta de fazer uma Análise Crítica do Discurso (ACD) de notícias publicadas na mídia impressa brasileira sobre o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais da Bahia (MPP-BA). Em especial, analisa-se uma notícia publicada em setembro de 2010, no jornal Correio da Bahia, no estado da Bahia, Brasil. Trata-se de contribuir, por meio do estudo, da pesquisa e reflexão crítica, para que

pessoas, grupos, associações, movimentos sociais com pouco poder econômico, político ou social, e com quase nenhuma representatividade na opinião pública, nos órgãos privados e públicos e, principalmente, na mídia, possam dispor de um instrumental teórico e prático para o enfrentamento de quaisquer práticas de exclusão e injustiça social ou representação contra seus próprios interesses.

Na análise da notícia percebe-se que a teoria do modelo de contexto explica o forte controle no processo de produção do discurso jornalístico, pois tanto o conhecimento (geral e pessoal) do jornalista, quanto os modelos mentais (de contexto, de experiências, de eventos) incidem fortemente na elaboração do texto noticioso. Ou seja, *como* o evento é noticiado na mídia.

Por outro lado, nota-se o abuso de poder de um grupo sobre outro, pois os interesses de grupos poderosos (Estado e empresas no Porto de Aratu) prevalecem sobre os dos pescadores artesanais que, embora sejam prejudicados pelas ações desses atores sociais (ampliação do Porto, poluição ambiental etc), acabam tendo a ação (protesto) do seu movimento social e suas demandas deslegitimadas na mídia.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, B. J. *História, jornal e técnica: as técnicas do jornalismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BLOG CAMPANHA PELO TERRITÓRIO PESQUEIRO. Disponível em: <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/>. Acesso em: 15.10.2015.
- CALLOU, A.B.F. *Movimentos sociais de pescadores em Pernambuco (1920 – 1983)*. Santa Maria – RS: UFSM, 1986. Dissertação de mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria, 1986.
- CORREIA, J.C. *Teoria Crítica do Discurso Noticioso: notas sobre jornalismo e representações sociais*. Universidade da Beira Interior, 2009.
- DIEGUES, A. C. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora UNB, 2001.
- FALCONE, Karina de Azevedo. *(Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Linguística. Fevereiro, 2008.
- FOX, V. P. P. D. *Pesca Artesanal e Desenvolvimento Local: O Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE (1990 – 2009)*. Dissertação de mestrado em Extensão/Comunicação Rural e Desenvolvimento Local, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.
- _____. *Estratégias de Comunicação do Movimento Nacional dos Pescadores do Brasil*. In: CALLOU, A.B.F (Org). *Movimentos Sociais na Pesca*. Recife: Bagaço, 2013.
- GOHN, M.D.G. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- JOHNSON-LAIRD, P. N. *Mental Models*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

MEURER, J. L. Gêneros Textuais na Análise Crítica de Fairclough. In: *Gêneros: teorias, métodos, debates*. MEURER, J.L / BONINI, O. / MOTTA-ROTH, D. (Orgs). São Paulo: Parábola, 2005.

MUMBY, D. K; CLAIR, R. P. El discurso en las organizaciones. In: VAN DIJK, T. (Org.). *El discurso como interaccion social*. Barcelona: Gedisa, 2000.

RAMALHO, C. W. N (1999). *Pescadores Artesanais e o Poder Público: um estudo sobre a colônia de pesca de Itapissuma, PE*. Monografia para obtenção de Bacharel em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia Rural, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 1999.

SILVA, Luís Geraldo da. *Os pescadores na história do Brasil*. V. 1. Colônia e Império. Recife: Vozes, 1988.

TULVING, E. *Elements of Episodic Memory*. Oxford University Press, 1983.

VAN DIJK, T.A. & KINTSCH, W. *Strategies of discourse comprehension*. Nova York: Academic Press, 1983.

VAN DIJK, T.A. *Cognição, Discurso e Interação*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Prefácio. In: *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Lupicínio Iñiguez (Org.). Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

_____. Ideologia e Análisis del Discurso. In: *Utopia e Práxis Latinoamericana*. N° 29, abril, junho 2005, p. 9 – 36.

_____. *Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Discourse and Knowledge*. Palestra proferida na European University at Saint Petersburg, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sxfc-WJRKEM>. Acesso em: 15/08/2016.

_____. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2015.

VERÓNICA DEL PILAR PROAÑO DE FOX

Doutoranda em Ciências da Linguagem na Universidade Católica de Pernambuco. Mestrado em Comunicação/Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2010) e graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Unicap (1998). E-mail: fox.veronica@gmail.com

KARL HEINZ EFKEN

Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2003), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (1993) e graduação em Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (1986), curso de Filosofia Pura - Philosophisch-Theologische Hochschule St. Georgen/Alemanha (1979), graduação em Teologia pelo Instituto de Teologia do Recife (1983). Atualmente é professor Adjunto IV da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: khefken@hotmail.com

Enviado em 05/03/2017.

Aceito em 15/04/2017.